



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13453 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

COMPLEXOS DE ESTUDO, JOVENS DO CAMPO E LIVROS DIDÁTICOS

Edilaine Aparecida Vieira - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

COMPLEXOS DE ESTUDO, JOVENS DO CAMPO E LIVROS DIDÁTICOS

A temática central deste artigo está nas relações entre especificidades de escolas do campo, as formas de organização do trabalho pedagógico, as dinâmicas em relação à produção do conhecimento, os livros didáticos produzidos e distribuídos pelo governo federal para as escolas públicas brasileiras e os jovens do ensino médio. O problema de pesquisa deriva das discussões realizadas no país sobre a necessidade de produzir livros específicos para as escolas situadas em área rural, diferentes em conteúdo e forma dos livros para escolas urbanas, e as polêmicas geradas por essa proposição.

O objetivo principal foi analisar a presença dos livros didáticos na vida escolar, buscando evidências da existência de especificidades da escola que justifiquem a necessidade ou não de livros produzidos especialmente para tais alunos, nesta condição particular, isto é, para jovens do ensino médio do Brasil contemporâneo que vivem e estudam em Assentamentos da Reforma Agrária. Sociologicamente, a perspectiva foi de dar espaço para o ponto de vista dos sujeitos (BOURDIEU, 2002), neste caso os jovens alunos e os professores que produzem a vida escolar na localidade.

As análises foram desenvolvidas em abordagem que articula contribuições da Sociologia, da Antropologia e da História, na perspectiva recomendada por Rockwell (1997) e por Schmidt e Garcia (2008), para estudos em casos que focalizam as relações entre Cultura,

Escola e Ensino. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com abordagem etnográfica.

A escola faz parte de uma estrutura social complexa, e a força da reprodução não é desconsiderada, porém neste cenário reconhece-se que sujeitos imprimem significados a suas ações, no qual fica evidente a luta individual dos sujeitos, mas especialmente a luta dos sujeitos coletivos, que em luta provocam transformações. Neste sentido, reconhece-se a capacidade do sistema em imprimir na sociedade e na escola relações dominantes, porém, a partir dos referenciais de base nesta pesquisa, é possível entender, no que se refere a educação, que a escola reproduz, mas também modifica, que ela tem função de transmitir determinado conhecimento, mas também produz conhecimento.

A Escola do MST se apresenta como uma proposta ancorada nos princípios do movimento social, que assume uma contraposição ao modelo clássico tradicional de educação, propondo entre outras questões a reestruturação das formas de trabalho escolar, em particular aquelas que afetam os conteúdos e modos de ensinar. Para isso, são necessárias transformações em múltiplas dimensões.

A partir dos estudos desenvolvidos por xxxxxx (xxxx) e xxxxxx e xxxxxx (xxxx), constata-se que, embora as teorias privilegiadas pelo MST remetam a concepções homogeneizadoras, por força da ênfase nos processos de reprodução, o caminho percorrido na pesquisa conduz à problematização dessa concepção, tomando por referência os próprios avanços e transformações que foram gerados, nas últimas décadas, pelas ações dos sujeitos que se articularam em torno da problemática da escola do campo. Nesse sentido, a ação dos sujeitos no espaço da escola demanda atenção dos pesquisadores, sem com isso negar a força das estruturas na produção das condições materiais em que a escolarização se realiza.

A E.E.M. Paulo Freire, locus desta pesquisa, é uma escola pública, que nasce deste processo de luta por terra, que paralelo, gera um movimento de luta por escola. A origem da escola tem ligação direta com às propostas do MST, cuja concepção revela preocupação com o todo do desenvolvimento humano, sua relação com as questões sociais e o movimento da história.

A escola organiza o trabalho pedagógico a partir dos complexos de estudo, que constituem uma proposta educativa que inicialmente foi gestada na URSS no período entre 1917 e 1931, no contexto da Revolução Russa, a qual, no campo educacional, vislumbrava a criação de nova escola, que contribuísse para a edificação do socialismo. O MST, ao buscar na experiência soviética, fundamentos, que passariam a incorporar sua proposta pedagógica, incorporam as suas formulações nos princípios como: autoconsciência e a auto direção dos

estudantes e trabalhadores na edificação da história, a relação teoria e prática e a formação ampla/omnilateral, que se revelam centrais também no projeto da E.E.M. Paulo Freire.

A construção das aulas, de acordo com informações dadas pelos professores e também pelos registros de observações realizadas durante a pesquisa, é feita a partir de diferentes recursos, entre eles a internet, na qual os professores buscam em especial textos e vídeos; apoiam-se também em revistas específicas da área; em livros didáticos diversos; e no livro didático em uso pelos alunos.

Os livros didáticos estão entre os materiais utilizados por alguns professores na organização do planejamento da aula, e são utilizados pelos alunos em atividades do dia a dia da escola. Mas de acordo com os resultados obtidos na pesquisa empírica, também têm sido utilizados pelos jovens da escola de forma autônoma, como instrumento de pesquisa, de leitura, entre outras atividades. Os resultados corroboram as constatações feitas por outros pesquisadores de que o livro é elemento da vida das escolas (GARCIA, 2007) e, portanto, da vida dos sujeitos da escola.

No Brasil a existência de um Programa Nacional de Livros Didáticos, o PNLD, garante uma relação diferenciada em relação a outros países. O programa possibilita que todas as escolas, independente do lugar onde estejam situadas, sejam beneficiadas pelo programa – garantindo recursos no âmbito do Governo Federal para a presença destes materiais nas escolas. Na atualidade oferece os mesmos livros para escolas do campo e da cidade nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Para os anos iniciais do ensino fundamental foi oferecido, no período de 2012 a 2019, livros diferentes para as escolas do campo, através do PNLD-Campo. Estas diferenças em relação ao acesso de livros diferentes geraram discussões e constituiu um dos elementos principais que motivou esta pesquisa.

Assim, esta pesquisa foi ao encontro dos jovens alunos, com atenção para as relações que estes sujeitos da escola estabelecem com os livros, elemento da cultura escolar que foi escolhido aqui para problematizar as tensões – materializadas nos livros didáticos – entre uma educação escolar pautada no universal ou na particularidade. Com atenção para a seguinte questão: Há necessidade de livros diferentes para alunos do campo e da cidade?

Os jovens da pesquisa cursam o Ensino Médio regular, são filhos de famílias de Assentamentos de Reforma Agrária – MST, da região de Abelardo Luz/ SC. A maioria dos jovens estudou em escolas do campo em toda escolarização ou na maior parte dela. Na sua maioria (80%), os jovens alunos trabalham na agricultura com os pais. Quando não estão na escola gostam de ouvir música (50%), praticar esportes (30%), e usar a internet (17%).

Em relação ao uso dos livros na escola, os jovens apontam que os livros são muito utilizados em sala de aula, pela solicitação do professor, algumas vezes na semana. Eles informam usar o livro por interesse ou necessidade para: estudar para prova, entender o conteúdo, curiosidade de conhecer mais coisas, ler textos, acompanhar as explicações em aula. Destaca-se que os livros são usados também por iniciativa dos próprios alunos, abrindo a perspectiva para a função documental do livro indicada por Choppin (2004).

Do ponto de vista deles seria importante que elementos da vida e os problemas sociais estivessem presentes nos livros, de acordo com os jovens alguns livros já fazem isso. E, quando ocorre, possibilita debates em sala de aula. Para a maioria deles, o livro que mais apresenta assuntos relacionados à vida e aos problemas sociais são: Sociologia, História e Geografia.

Em relação aos livros, destaca-se que a entrada da Educação do Campo em um programa consagrado e respeitado em nível nacional como o PNLD significou uma conquista, que derivou de reivindicações do conjunto dos movimentos sociais envolvidos e das condições objetivas, conjunturais, de organização do estado brasileiro em dado momento histórico. Porém, a medida em que a produção de livros é regulada pelo Estado, na relação com as editoras comerciais – que a rigor são os mesmos grupos que produzem materiais do PNLD – é que problematizamos a questão e trouxemos, com força neste trabalho, a voz dos jovens e o que pensam sobre questão.

Para 63% dos jovens colaboradores, os livros didáticos devem ser iguais para as escolas do campo e da cidade. Nas palavras deles “todos devem ter o mesmo livro, porque todos estão à procura de conhecimento e não importa se estudo em uma escola urbana ou do campo, e sim importa o aprendizado sem diferenças” (Aluno A).

O PNLD ofereceu, até 2018, livros diferenciados para escolas do campo no ensino fundamental, porém, para o ensino médio os livros são os mesmos para escolas do campo e da cidade. Ocorre que, os livros são produzidos dentro de modelos que privilegiam questões referentes ao meio urbano, e esta característica é percebida pelos jovens e está presente em respostas dos alunos do campo, por exemplo: “É que muitos assuntos fogem de nossos interesses que são usados hoje em sala de aula, como moramos no campo deveria ter mais coisas do campo, o livro deveria ser um pouco diferente” (Aluno B).

Durante a pesquisa, os jovens registraram questões importantes para este debate. A ideia que os livros devem ser iguais é sustentada com proposições do tipo: “Na verdade deveria ter um livro que englobasse tanto o campo como a cidade...” (Aluno D)

Uma das jovens, durante os trabalhos, procurou aprofundar a sua opinião citando exemplos de conteúdos que deveriam estar nos livros, não se limitando ao debate que é feito em algumas escolas do campo. Para ela, os livros deveriam trabalhar de acordo com a realidade de cada escola, porém algumas questões importantes discutidas nas escolas do campo deveriam estar presentes nos livros para escolas urbanas e assim chegar a ambos os espaços. De acordo com ela “os livros deveriam trabalhar de acordo com cada realidade, porém há alguns temas que são abordados que poderiam estar presentes na cidade como no campo. A agroecologia poderia ser um dos temas, para conscientização dos jovens, entre tantos outros” (Aluna E).

São sugestões que pautam questões do campo, colocando-as em evidência, na produção de livros, indicando a necessidade de inclusão das diferentes realidades na construção dos conhecimentos das diferentes disciplinas escolares, invertendo a lógica que segue a produção de livros do PNLD no Brasil, nas palavras de uma aluna do 3º ano: “os livros não mostram tanto a vida rural quanto mostram a vida urbana, ou seja, se dá mais atenção para os problemas e cotidiano da cidade e o campo é pouco citado”.

A pesquisa revelou que os livros didáticos não têm levado em conta a realidade do campo. Professores e alunos apontam a presença hegemônica de elementos urbanos, também verificada pela pesquisadora. Em relação a produção de livros diferentes para o campo e para a cidade, reconhece-se que há dicotomias envolvidas e diferentes interesses em jogo na discussão sobre a produção de livros específicos. Reconhece-se a importância de lutas em direção a definição e respeito as especificidades da Educação Campo, porém, o que está em discussão neste trabalho é a análise sobre a necessidade e a precedência de produzir livros para alunos do campo, tomando como referência o ponto de vista dos jovens da Escola Paulo Freire, entendendo-os como sujeitos que devem participar dos debates e decisões sobre sua escola e seu futuro.

Contudo, a pesquisa revela que os jovens **não aceitam limitações com relação ao conhecimento** que devem receber. Para eles, a distinção não deve ser feita separando conhecimentos que devem ser ou não ser ensinados nas escolas urbanas e escolas do campo. Embora manifestem identidade/ identificação com a vida no campo, eles também projetam suas vidas – e necessitam projetar em função das condições objetivas - para além do Assentamento em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE: Escola do campo. Jovens do campo. Livros didáticos.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Trad. GOUVEIA, A. J. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos e Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 39-64.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, dez. 2004. Disponível em: . Acesso em: 15 ago. 2017.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade Campinas**, v. 28, n. 100, p.1105-1128, out. 2007.

GARCIA, T. M. F. B. **Origens e questões da etnografia educacional no Brasil**: um balanço de teses e dissertações (1981-1998). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PPP, Projeto Político Pedagógico. Escola de Ensino Médio Paulo Freire. Abelardo Luz, 2020.

ROCKWELL, E. (coord). **La escuela cotidiana**. 2. reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 13-57.

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo sem Fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2007.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. História e Educação: diálogos em construção. In: SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F.; HORN, G. B. (Orgs.). **Diálogos e perspectivas de investigação**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008. 336 p.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n 33, jun./2001.

